

## SMITH, KEYNES, HAYEK E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO COMO FUNCIONALIDADE HISTÓRICA PARA A REPRODUÇÃO DO CAPITAL

*SMITH, KEYNES, HAYEK E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO COMO FUNCIONALIDADE HISTÓRICA PARA A REPRODUÇÃO DO CAPITAL*

 Luiz André Maia Guimarães Gesteira <sup>A</sup>

 Alexandrina Luz Conceição <sup>A</sup>

<sup>A</sup> Universidade Federal do Sergipe (UFS), São Cristóvão, SE, Brasil

Recebido em: 03/01/2021 | 28/04/2021    DOI: 10.12957/tamoios.2021.56935

Correspondência para: Luiz André Maia Guimarães Gesteira (andre\_maia\_geoufs@yahoo.com.br)

### Resumo

Dentre as distintas funcionalidades do Estado ao modo de produção capitalista, sua instrumentalização no processo de produção do espaço tem revelado ao longo da história utilidade fundamental. Mesmo no período de ascensão do *mainstream* smithiano, onde defendeu-se o esvaziamento do ente suprassocial de algumas de suas funções históricas na economia e na sociedade, a construção das infraestruturas necessárias aos investimentos da classe burguesa sempre foi mantida como função primordial do Estado. No período keynesiano essa funcionalidade assume ainda novas facetas, incrementando sobremodo a ação do Estado na produção do espaço. A partir da hegemonia do modelo neoliberal uma convergência de mediações passa a caracterizar a atuação do Estado para produzir o espaço, elevando essa função estatal à níveis de instrumentalização inéditos. Dessa forma, a produção do espaço é compreendida como funcionalidade histórica contínua e fundamental do Estado ao capital, reiteradamente ampliada de acordo com as demandas do modo de produção.

**Palavras-chave:** Estado; Modo de Produção Capitalista; Produção do Espaço.

### Abstract

Among the different functionalities of the State to the capitalist mode of production, its instrumentalization in the space production process has revealed, along history fundamental utility. Even in the period of the rise of the Smithian mainstream, where the suppression of the supra-social entity of some of its historical functions in the economy and in society was defended, the construction of the infrastructures necessary for the investments of the bourgeois class has always been maintained as the primary function of the State. In the Keynesian period, this functionality takes on new facets, greatly increasing the State's action in the production of space. From the hegemony of the neoliberal model a convergence of mediations starts to characterize the State's action to produce space, raising this state function to unprecedented levels of instrumentalization. In this way, the production of space is understood as a continuous and fundamental historical functionality from the State to capital, repeatedly expanded according to the demands of the mode of production.

**Keywords:** State; Capitalist Mode of Production; Space Production.

## INTRODUÇÃO





O processo de reprodução sociometabólica do capital guarda intensas relações com o advento dos modernos Estados Nacionais e com o decurso das transformações em sua estrutura. Dessa forma, o Estado passou a não ser lido apenas como a instância administrativa, jurídica e política que na lógica dos contratualistas deveria reger todo o arranjo social na tentativa de elevar o homem a um estágio superior ao estado de natureza, mas passou a ser instrumentalizado a partir de uma estrutura interdependente e funcional ao modo de produção capitalista, uma vez que seus fundamentos e sua existência se inscrevem e se delineiam em conjunção ao próprio sistema do capital.

Dessa forma, para compreender as (medi)ações do Estado é necessário identificar as múltiplas determinações em que se insere a sua funcionalidade, compreendendo como esta sofre constantes metamorfoses visando cumprir em diferentes cenários, funções específicas na garantia da expansão da acumulação. Nesse sentido, faz-se necessário observar como as distintas formas de mediações foram historicamente agregadas à funcionalidade do Estado em diferentes tempos históricos e espaços geográficos. Do contrário, como poderíamos comparar a moral liberal burguesa de Adam Smith (1723 – 1790) e David Ricardo (1772 – 1823) em suas teorias da economia clássica, com as ideias de John Keynes (1883 – 1946) a respeito do Welfare State? Ou ainda, como compreender as multifacetadas formas de exploração do capital sobre o trabalho e sobre a natureza, que se realizam a partir de intervenções mais brandas nos países centrais, enquanto promovem os mais aviltantes graus de exploração e desregulamentação do trabalho e do meio ambiente na periferia do mundo? Assim, em diferentes tempos históricos e espaços geográficos o Estado cumpre distintas demandas visando fundamentalmente a garantia da expansão da acumulação sociometabólica do capital.

A funcionalidade do Estado ao modo de produção foi, no entanto, historicamente dissimulada pela moral liberal burguesa, através de teorias que propunham desde um equilíbrio natural e sustentável da economia a partir das próprias leis do mercado - sem a necessidade de interferência do ente suprassocial - a até a defesa de um Estado mínimo responsável apenas pelas mais básicas funcionalidades necessárias ao desenvolvimento da sociedade. A partir destes estatutos teóricos a funcionalidade estatal passava a ser ideologicamente negada no discurso criado e defendido pelos teóricos liberais.

Observa-se, no entanto, que mesmo em sua busca por um pretenso afastamento do Estado da economia, os estatutos teóricos liberais já previam em seus conceitos que seria função precípua do ente suprassocial a construção e fornecimento de infraestruturas previamente necessárias aos investimentos da classe burguesa, sempre que a realização destas estruturas não fosse financeiramente viável aos investidores individuais. Ou seja, a produção do espaço desde aquele momento era tratada pelos teóricos da moral liberal burguesa como necessidade prioritária, e essa necessidade deveria ser cumprida pelo estatista, que garantiria, dessa forma, a reprodução do capital.

A produção do espaço, nesse sentido, compreendia desde o fornecimento de infraestruturas pontuais, a exemplo da construção de rodovias, pontes, portos e investimentos urbanísticos/paisagísticos a até o planejamento e estruturação de regiões essencialmente funcionais às demandas do capital em seus ajustes espaciais. Mediações essas já presentes



desde o liberalismo econômico, mas que se reforçaram intensamente durante a hegemonia do “consenso keynesiano”.

Com o advento da fase neoliberal o Estado foi instrumentalizado com ainda novas e potentes funcionalidades voltadas à expansão da acumulação, sobretudo a partir de sua atuação enquanto garantidor dos investimentos especulativos. Ao conferir todo o respaldo legal ao capital fictício dos mercados futuros, certificando - entre outras coisas - a restituição de valores investidos na especulação imobiliária em caso de calote financeiro e ao disponibilizar fundos para financiamentos e investimentos no mercado imobiliário, o Estado passou a realizar, além de suas precípuas funções infraestruturais e de planejamento na produção do espaço, mediações dissimuladas em plena conjunção à lógica neoliberal.

Nesse sentido, com o objetivo de compreender a convergência das (medi)ações do Estado neoliberal na produção do espaço, realizar-se-á ao longo das próximas páginas uma breve discussão sobre o processo histórico de incorporação de algumas das múltiplas funcionalidades estatais - relacionadas à produção do espaço - às necessidades de expansão do modo de produção capitalista, estabelecidas em diferentes períodos, de acordo com a hegemonia dos seus distintos modelos econômicos.

Discutir a relação Estado-capital na produção do espaço torna-se assim fundamental para desvelar a dissimulação do Estado mínimo a partir da compreensão da primazia da produção do espaço na expansão da acumulação. Outrossim, torna-se também fundamental frente à necessidade da Geografia em discutir o espaço a partir de sua constante (re)produção, uma vez que “a formação espacial é a própria formação econômico-social, espacializada, contendo sua estrutura e leis de movimento, e nela estando contida” (MOREIRA, 1982, p.24).

### **Estado, capital e produção do espaço: uma breve retomada histórica**

O liberalismo econômico desenvolveu-se como uma espécie de salto qualitativo do capital em relação à lógica mercantil que consubstancializou a primeira fase do capitalismo, a qual pressupunha ainda uma forte interveniência do soberano nos negócios da burguesia. Interferência que ocorria, sobretudo, pelo fato de a classe burguesa necessitar, naquele momento histórico inicial de organização do comércio ultramarino pelas Coroas Europeias e de franca necessidade de proteção nas rotas comerciais terrestres, de todo o conjunto de aparatos fornecidos pelo Estado para a realização da expansão da acumulação, que cria, inclusive, as condições materiais necessárias para o advento da Revolução Industrial. Constatamos, dessa forma, que “o capital chegou à dominância no reino da produção material paralelamente ao desenvolvimento das práticas políticas totalizadoras que dão forma ao Estado moderno” (MÉSZÁROS, 2002, p. 106).

A necessidade de aceleração contínua do giro de rotação do capital começou, no entanto, a encontrar na própria estrutura regulamentada e burocratizada do Estado sérios entraves à sua expansão sociometabólica. Era chegada a hora de superar esses entraves e de estabelecer uma nova lógica na relação de conjunção do Estado ao capital.



Era necessário que a disciplina anônima da concorrência substituísse a disciplina visível das hierarquias arcaicas encarnadas em obrigações tradicionais e nos regulamentos fixados pelas corporações e pelo estado mercantilista. Elogia-se a virtuosa mão invisível do mercado contra a viciosa mão visível do poder político. Os inimigos do progresso são facilmente identificáveis: os regulamentos estatais, mais especificamente, a política econômica dirigista do mercantilismo (MORAES, 1998, p.5).

Ainda no século XVIII os ventos dessa nova fase encontraram sustentação teórica nas teorias da economia política clássica, sobretudo a partir dos escritos de Adam Smith (1983), que propunha, a partir de seu estatuto teórico, um novo modelo de Estado, que interferisse de forma contemptível na economia e na sociedade, permitindo assim que a mão invisível do mercado, sob a lei da oferta e da procura, orientasse os rumos da economia.

Mesmo em sua defesa intransigente pela ausência do Estado na administração das relações econômicas, Smith (1983) estabeleceu em sua teoria que a atuação estatal deveria permanecer ainda centrada em três pilares básicos: o financiamento das forças militares para proteger o território e os cidadãos contra investidas de outras nações, a garantia da segurança pública, protegendo assim os membros da sociedade contra possíveis ameaças cometidas por outros cidadãos e, por fim, a manutenção das instituições e a realização das obras públicas mais onerosas, as quais um indivíduo de forma isolada, ou até mesmo um grupo de indivíduos, jamais possuiria interesse em criar e/ou manter, tendo em vista que o lucro obtido através delas de certo não compensaria o gasto envolvido com a sua realização (SMITH, 1983). Dessa forma, o Estado, mesmo parcialmente destituído de sua função de administrador da economia, continuava mantendo atribuições fundamentais à expansão da acumulação.

O modelo de Estado liberal, no entanto, passou entre o final do século XIX e início do século XX por uma série de crises econômicas que colocaram em xeque sua conformação e os paradigmas estabelecidos através mainstream smithiano. No intuito de superar as diversas crises criadas pelo descompasso entre a superprodução capitalista e a demanda por consumo, limitada pelos baixos salários e pelas massas de desempregados privadas dos meios de existência, as forças produtivas do capital passaram ao longo das décadas de 1930 e 1940 a reorientar o seu processo de reprodução sociometabólica, visando corrigir o desequilíbrio entre a superprodução industrial e as limitações de um mercado consumidor que não possuía condições de garantir demanda ao ímpeto produtivo do capital.

A partir da compreensão da total insustentabilidade do modelo liberal, ocorre uma gradativa migração do mainstream smithiano para uma nova teoria econômica que tinha por principal objetivo superar os entraves da superprodução. O novo modelo, estabelecido pelo economista britânico John Maynard Keynes (1883 – 1946) a partir de seu livro “Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda”, propunha, entre outros pontos, a volta da intervenção do Estado na economia, sobretudo a partir da garantia do pleno emprego e do estabelecimento de um salário mínimo para os trabalhadores, promovendo, dessa forma, a criação de um mercado consumidor emergente, frente à contínua necessidade de expansão da produção capitalista.

A teoria keynesiana também pressupunha a intensificação da ação do Estado na criação de obras públicas de infraestrutura, as quais compunham parte de sua funcionalidade estratégica



à expansão do capitalismo, ao gerar uma nova demanda de empregos, e, por conseguinte, de consumidores (KEYNES, 1985). Para além disso, essas obras evidentemente também garantiam as melhores condições infraestruturais para os aportes financeiros dos investidores. O Estado passava então a atuar na produção do espaço de forma ainda mais intensa do que já previa o próprio Adam Smith (1983), quando delegou à atuação estatal esta tarefa como uma de suas únicas e precípuas funções.

Ao Estado sob os moldes keynesianos caberia, no entanto, não apenas a criação de infraestruturas específicas no bojo da produção do espaço, como também a mediação para a criação de verdadeiras regiões funcionais às demandas do mercado. Processo esse já presente no modelo do liberalismo econômico clássico, mas que se acentua exponencialmente no período keynesiano, a partir da lógica do desenvolvimentismo. Como exemplo clássico dessa nova lógica de atuação estatal, observou-se a criação de diversas zonas francas de produção industrial em países subdesenvolvidos (de industrialização tardia), a exemplo da Zona de Livre Comércio das Américas, - segunda maior Zona Franca do Mundo - localizada no Panamá, no ano de 1948 e da Zona Franca de Manaus, criada em 1957.

Além da completa ampliação de sua funcionalidade no que se refere à criação de infraestruturas espaciais pontualmente necessárias à ação do capital, assim como na formação de áreas geográficas funcionais à reprodução capitalista, o Estado sob os moldes keynesianos passaria também a financiar de forma massiva o próprio mercado, sobretudo, através da concessão de vultosos aportes financeiros diretos, disponibilizados, em especial, às grandes empresas. Dentre estas, as construtoras e demais corporações envolvidas com a construção civil, responsáveis diretas pela materialização das grandes infraestruturas concebidas durante esse período, figuraram entre as principais beneficiadas por estes subsídios.

Enquanto o modo de produção capitalista conseguiu ainda esquivar-se dos efeitos deletérios de suas próprias contradições, o modelo econômico elaborado por John Keynes permitiu a manutenção de altas taxas de crescimento econômico e desenvolvimento social, as quais caracterizaram o *Welfare-state* e a lógica de consumo em desmedida do *American Way of life*. “No entanto, essa expansão da produção e da realização do capital encontrou duas barreiras intransponíveis: esgotamento da ocupação de novos territórios e mercados e a saturação da capacidade de consumo naquela escala e intensidade” (PANIAGO, 2012, p. 62). Fatores estes que conduziram o modo de produção capitalista a mais uma crise global de superprodução ainda na década de 1970, - agravada pela crise do petróleo no ano de 1973 - anunciando assim o epílogo do “consenso keynesiano”.

A crise do modelo de Estado Keynesiano abriu espaço para que a teoria econômica neoliberal, desenvolvida por Friedrich von Hayek (1899 – 1992) e publicada em seu livro, “O Caminho da Servidão” (HAYEK, 2010) ainda na década de 1940, conquistasse a centralidade dos debates sobre economia, política e Estado, após ter sido suplantada pelo próprio “consenso keynesiano” entre as décadas de 1940 e 1960. A partir dela novos paradigmas em relação à atuação do Estado na economia foram erigidos e alguns velhos conceitos do liberalismo econômico clássico foram retomados, estabelecendo, a partir de então, uma nova hegemonia na relação entre Estado e capital para a produção do espaço.



Segundo a lógica neoliberal de Hayek, o excessivo envolvimento do Estado na economia e o excesso de gastos sociais na esfera pública, típicos do modelo keynesiano, caracterizaram-se como os fatores determinantes para a crise econômica iniciada na década de 1970. Dessa forma, era mais uma vez necessário limitar a ação estatal, sobretudo a partir da drástica restrição dos gastos públicos. O Estado era então mais uma vez “convidado”, sobretudo a partir do desmonte da lógica do bem estar social, a retirar-se ou a reduzir radicalmente sua atuação sobre determinados aspectos das esferas econômica e social, ao mesmo tempo em que “contraditoriamente” passaria a reforçar suas funcionalidades em outros, a exemplo de sua instrumentalização no processo produção do espaço e na garantia dos investimentos especulativos, de acordo com a nova lógica hegemônica, sob a primazia do capital financeiro.

### **A Produção do Espaço no Espaço-tempo da Especulação e a Funcionalidade do Estado em Multideterminações**

Com o advento do modelo econômico neoliberal há uma expansão contínua das mediações do Estado na produção do espaço, no sentido de garantir os ajustes espaciais que possibilitam a efetivação do deslocamento geográfico e temporal das contradições capitalistas. Inicialmente, observa-se que apesar da retomada do discurso do Estado mínimo, o estatista continua viabilizando a construção das infraestruturas previamente necessárias para garantir lucratividade aos investimentos capitalistas. O que ocorre, sobretudo, através da realização de grandes obras rodoviárias, portuárias e aeroportuárias, assim como a partir da realização de investimentos urbanísticos que (re)qualificam o espaço para as demandas dos investidores. Funcionalidade que, a priori, se estabelece como elemento de continuidade em relação às funções estatais que Smith (1983) já definira em seu mainstream econômico e que a lógica estabelecida durante o período do consenso keynesiano (1985) incrementara sobremodo.

Ainda de acordo com a lógica dos elementos de continuidade em relação aos modelos econômicos anteriores, observa-se também que as políticas públicas criadas a partir do discurso do turismo como modelo de desenvolvimento, passaram a fomentar no Brasil e, sobretudo na Região Nordeste, desde as últimas décadas do século XX - mais especialmente a partir da década de 1990 - o planejamento de regiões estritamente funcionais à expansão da acumulação capitalista. Processo esse que se estabelece de acordo com uma racionalidade similar à que orientara a criação das zonas de produção industrial ao longo das décadas de 1940, 1950 e 1960.

No afã de atrair o interesse de agentes de mercado, o Estado é quem realiza a primeira seleção espacial de lugares/regiões que devem ser contemplados por seus programas de desenvolvimento do turismo. Neste caso, o Nordeste, ou melhor, o litoral nordestino está, desde o início deste processo, no centro dessas políticas. Vantagens comparativas como ampla extensão de costa e altos níveis de insolação somam-se, no Nordeste, a poucos constrangimento espaciais, como extensas áreas de baixa ocupação ou baixa densidade demográfica e baixo custo da terra, bem como maior proximidade geográfica relativamente às regiões sudeste e sul do país – dos mais importantes polos emissores de turistas do mundo, ou seja, Estados Unidos e alguns países da Europa Ocidental [...] À ampliação e modernização de praticamente todos os aeroportos nordestinos somou-se um conjunto de obras rodoviárias, ambas as ações voltadas ao requerido aumento da fluidez do território



regional. Outras obras, de infraestrutura básica, procuraram (e ainda procuram) sanar deficiências infraestruturais históricas e... atrair o interesse de agentes de mercado (CRUZ, 2006, p.344-345).

Nesse contexto, a partir da década de 1990, diversas Políticas Públicas visando o fomento da atividade turística no Brasil e sobretudo na Região Nordeste começaram a ser concebidas, comprovando explicitamente a nova funcionalidade que a atividade turística passava adquirir dentro das esferas de planejamento do aparelho estatal, e indicando, entre outras coisas, uma tendência de descentralização na gestão do turismo. Assim, ainda na primeira metade da década de 1990 foram criados o Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (PRODETUR/NE) e o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), o qual sacramentou a tendência descentralizadora das políticas públicas voltadas à atividade turística, ao atribuir aos municípios a função de gestão no planejamento da turismo. Ainda na década de 1990 é gestada também a Política Nacional de Turismo (1996-1999), que tinha como uma de suas macroestratégias a alocação de infraestruturas necessárias ao desenvolvimento da indústria do turismo (TRENTIN; FRATUCCI, 2011, p.840).

Já na década de 2000, além da criação do Ministério do Turismo em 2003, - demonstrando o novo patamar que a atividade turística conquistara no âmbito do planejamento estatal - foram elaborados também o Plano Nacional de Turismo (2003-2007) e o Segundo Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE II), evidenciando o protagonismo da região no que se refere aos aportes financeiros direcionados à construção de infraestruturas relacionadas ao turismo. A partir desses programas, que denotam a total instrumentalização do Estado no planejamento e produção do espaço enquanto condição essencial para viabilizar os aportes financeiros do capital, o litoral nordestino foi transformado em um verdadeiro canteiro de obras infraestruturais erigidas como resposta à uma almejada demanda turística massiva e internacionalizada (CRUZ, 2005).

Dentre as diversas políticas públicas voltadas ao turismo nesse período, merece especial destaque o Programa de Regionalização do Turismo (PRT), implementado já na segunda metade da década de 2000. A partir dele se estabelece um novo paradigma no planejamento e gestão da indústria do turismo no Brasil, uma vez que com o Programa de Regionalização, a articulação da atividade turística passaria a ser realizada não mais a nível municipal, mas em uma esfera regional, passando a envolver vários municípios agrupados em regiões turísticas planejadas. Os municípios integrantes de tais regiões receberiam então aportes financeiros e infraestruturais de acordo com sua funcionalidade dentro de polos turísticos regionais, já funcionalmente projetados para garantir a expansão da atividade turística. Foi justamente a partir dessa lógica que os Polos Turísticos Nordestinos, gestados a partir do PRODETUR/NE e do PRODETUR/NE II, a exemplo do Polo Costa do Descobrimento na Bahia, do Polo Costa dos Coqueirais em Sergipe e do Polo Costa dos Corais em Alagoas, foram idealizados e planejados.

A implementação desse tipo de projeto de “(re)funcionalização” regional denota como a ação do Estado, para além de iniciativas infraestruturais pontuais, envolve todo o planejamento na produção do espaço, a partir da interligação dos lugares, no sentido de viabilizar as condições necessárias para ampliação da acumulação. Nesse sentido, regionalizar,



significa, dentro da própria etimologia do regere, estabelecer um nível de controle sobre o espaço que permita uma gestão direcionada à propósitos específicos e em geral complementares, a partir da exploração das potencialidades locais. Seguindo a lógica do modo de produção capitalista, as divisões regionais são então encaradas como “clivagens socioeconômicas materializadas, devido à dinâmica da acumulação capitalista desigual e combinada” (FONSECA, 1999, p. 94).

Embora não seja nova, tal dinâmica, atualmente, recoloca-se para o litoral nordestino de forma quase hegemônica. Não apenas as infraestruturas estão sendo construídas para atender à demanda turística, mas as cidades convergem suas próprias estruturas de planejamento para “facilitar” a permeabilidade do capital do ramo “imobiliário-turístico”, em detrimento de setores econômicos “tradicionais” como indústria e agricultura (SILVA; FERREIRA, 2007, p.118).

Observa-se que mediações dessa natureza foram sendo incorporadas, adaptadas e readaptadas às funcionalidades do Estado capitalista ao longo de seu processo de desenvolvimento de acordo com as demandas do capital. Nesse contexto, sob a égide do Estado neoliberal foram e continuam sendo implementadas estratégias de expansão da acumulação que funcionam como inequívocos elementos de continuidade em relação ao liberalismo clássico e ao keynesianismo, todavia, adaptados às necessidades e características neoliberais.

Destaca-se, no entanto, que para além das funcionalidades já reproduzidas desde períodos anteriores do processo de acumulação, inovações fundamentais nas funcionalidades do Estado foram também estabelecidas a partir do modelo neoliberal. O que se deu, sobretudo, a partir da hegemonia do capital financeiro na economia, quando o modo de produção capitalista passou a adotar feições cada vez mais abstratas, com a primazia da acumulação redirecionando-se parcialmente da esfera produtiva – como o fora sob a lógica do capital fundiário e do capital industrial - para o atual processo marcado pela intensificação especulativa.

Uma vez que a bomba de extração de excedentes não mais conseguia realizar a expansão da acumulação e o deslocamento de suas contradições estruturais com base apenas em seu incontrolável processo produtivo - em total descompasso com a demanda por consumo - fez-se necessário não apenas a criação de novas necessidades de consumo, como também a total imersão do mercado e da própria sociedade em uma lógica especulativa que desse vazão à necessidade de contínua aceleração no giro de rotação do modo de produção capitalista.

Este movimento do capital, ao perder sua conexão com o processo real de valorização, consolida-se enquanto elemento que valoriza a si mesmo, gerando valores acionários superiores aos do complexo produtivo. Isso somente é possível porque o capital financeiro passa a caracterizar-se pela aposta em previsões futuras de mais-valia que não levam em conta a realidade da produção com seus inerentes fatores variáveis e subjetivos (ALMEIDA, 2009, p.54).



Para garantir alguma viabilidade à essa nova forma de reprodução altamente volátil, faz-se sobremodo necessária a concretude do aparelho estatal, que passa a agir em novas e fundamentais determinações para a garantia da expansão da acumulação. Entre outras coisas, assegurando através do seu processo legislativo reformas que promovam o total solapamento do sistema de seguridade social e dos direitos trabalhistas; garantindo o pagamento dos juros da dívida pública - em conjunção à própria perpetuação da dívida - em detrimento de investimentos nos sistemas de seguridade social e assistência social; promovendo o ajuste fiscal necessário à expansão da acumulação; emitindo títulos públicos amplamente negociados e especulados no mercado financeiro, assim como, conferindo o respaldo legal aos títulos, certificados e demais papéis conversíveis em dinheiro, típicos da lógica especulativa intrínseca ao capital fictício dos mercados futuros. Dessa forma, em múltiplas determinações o Estado realiza a mediação de mecanismos para que o modo de produção capitalista continue expandindo seu processo de acumulação, mesmo sob o cenário de crise estrutural.

O Estado moderno - na qualidade de sistema de comando político abrangente do capital - é, ao mesmo tempo, o pré-requisito necessário da transformação das unidades inicialmente fragmentadas do capital em um sistema viável, e o quadro geral para a completa articulação e manutenção deste último como sistema global (MÉSZÁROS, 2002, p. 124).

Foi sob a lógica dessa mais completa sanha especulativa que o mercado imobiliário se converteu desde as décadas de 1980 e 1990 no principal motor da acumulação capitalista, Harvey (2007). Com isso, o financiamento de imóveis conjuntamente aos juros embutidos nesse processo, os subsídios estatais para a construção de empreendimentos imobiliários, os fundos de investimentos imobiliários, os papéis conversíveis em dinheiro nos mercados futuros e os investimentos de renda fixa, à exemplo dos títulos de crédito imobiliário, - Letras de Crédito Imobiliário, Certificado de Recebíveis Imobiliários e Letras Hipotecárias - passaram a funcionar como novas e fundamentais estratégias para a manutenção do processo de reprodução do capital.

Dentro de todo esse sistema, a circulação do capital que rende juros desempenha um papel hegemônico. O poder do capital monetário é continuamente exercido sobre todas as facetas da produção e realização, ao mesmo tempo que as alocações espaciais são trazidas para dentro da sua órbita. O sistema de crédito afeta os mercados fundiário e imobiliário e a circulação da dívida do Estado [...] Além disso, a formação do capital fictício permite que o capital que rende juros flua em uma base contínua em relação ao uso diário dos valores de uso de longa duração e dos imóveis. Os títulos dessas receitas podem até circular no mercado mundial, embora os próprios bens sejam imóveis (HARVEY, 2013, p.574).

A produção do espaço passa então a depender inequivocamente do processo especulativo, ao mesmo tempo em que ao materializar-se, reforça-o. Dessa forma, uma vez que os compromissos firmados entre os investidores do mercado imobiliário, os proprietários de terras e as construtoras são concluídos e os empreendimentos imobiliários passam a “existir” no mercado futuro, o espaço futuro e o trabalho futuro são também negociados conjuntamente, cabendo assim ao estatista garantir a materialização das condições já acordadas no processo



especulativo. Nesse contexto, o aprofundamento da lógica do espaço enquanto mercadoria se estabelece, sobretudo, a partir da ampliação da interface da especulação e da financeirização como estratégias mitigadoras das contradições estruturais do capitalismo.

Haverá inegavelmente aí um processo produtivo: a produção do espaço. Dependente, no entanto, do processo especulativo, já anteriormente viabilizado pela concessão creditícia, que se dá através dos subsídios do Estado, tanto aqueles diretamente direcionados às construtoras para a edificação dos empreendimentos imobiliários, quanto aqueles que a posteriori são direcionados às pessoas físicas que comprarão unidades habitacionais.

Ao aumentar a quantidade de fundos disponíveis para financiamentos e investimentos em empreendimentos dessa natureza, o Estado aumenta exponencialmente o processo especulativo imobiliário, gerando um círculo vicioso - diriam virtuosos os entusiastas da especulação - que promove novas territorializações de seus ajustes espaciais. Além disso, em uma análise do que ocorre a nível de Brasil, o Estado confere ainda total respaldo e garantias à investimentos no mercado de imóveis, através do Fundo Garantidor de Crédito (FGC), criado e regulado através do Conselho Monetário Nacional (CMN). Através dele, investidores que apliquem seu dinheiro em Letras de Crédito Imobiliário (LCI) tem garantida a restituição do valor de até R\$250 mil - por conglomerado financeiro e por CPF - em caso de possíveis calotes.

Ademais, ao produzir o espaço, o Estado não apenas possibilita a construção, como também tende a sobrevalorizar os empreendimentos imobiliários já construídos no entorno da área sob a qual atua. Nesse contexto, quanto maior o valor de um imóvel, maior será o financiamento realizado para pagá-lo e (des)proporcionalmente maiores serão os juros provenientes desse financiamento. Juros esses revertidos às instituições financeiras, que nada produzem, mas que controlam todo o processo produtivo em sua essência, em especial o contínuo e fundamental processo de produção do espaço.

Todavia, mesmo essa miscelânea de mediações estatais não consegue afastar por muito tempo os efeitos deletérios da crise estrutural do capital, como no exemplo clássico da crise do mercado de imóveis iniciada nos Estados Unidos no ano de 2008. A crise em questão foi precedida por um intenso processo especulativo imobiliário, que fomentou um caótico cenário de hiperinflação - devido à oferta “ilimitada” de créditos hipotecários - sustentada em uma geração de valores imobiliários fictícia. Produzindo assim uma “bolha imobiliária”, a partir da qual quanto mais investidores direcionavam aportes financeiros ao mercado de imóveis, mais estes se valorizavam, levando à investimentos especulativos ainda mais vultosos e destoantes do “valor real”. “Todo o sistema de relações nos quais se baseia a produção das configurações espaciais no ambiente construído tende a facilitar e, ocasionalmente, exacerbar os surtos insanos de especulação” (HARVEY, 2013, p.576).

Os preços fictícios, no entanto, não podiam sustentar-se por muito tempo, e o retorno dos valores imobiliários à patamares mais próximos da realidade fez com que milhões de estadunidenses que haviam investido suas economias no processo especulativo, sobretudo, através dos créditos hipotecários, não tivessem como arcar com suas dívidas junto às instituições financeiras. Realizando, dessa forma, um processo de calote em massa, o qual teve



como consequência imediata a perda dos imóveis de milhares de famílias para os bancos de investimento.

A criação de valores fictícios antes da produção e realização real da mercadoria é sempre um negócio arriscado. O sistema de crédito torna-se a última palavra da acumulação com todos os riscos concomitantes que essa exposição traz. A lacuna entre os valores fictícios dentro do sistema de crédito e o dinheiro ligado aos valores reais se amplia. É montado o palco para as crises dentro do sistema de crédito (HARVEY, 2013, p.401).

A crise do mercado imobiliário afetou à diversas instituições financeiras de grande porte, sobretudo nos Estados Unidos, a exemplo do Citigroup, do Merrill Lynch, do Bear Stearns e do Lehman Brothers, quarto maior banco de investimentos dos EUA. Cenário que levou o governo daquele país a injetar ainda no ano de 2008 “o montante de US\$ 700 bilhões do seu fundo público em repasse para entidades financeiras de Wall Street” (SANTOS, 2019, p.292). Constatou-se assim, mais uma vez, o Estado “mínimo” de Friedrich von Hayek e demais entusiastas do neoliberalismo, ostentando sua mão bem visível no sentido de garantir sustentação ao sistema econômico estruturalmente caótico do qual é parte fundamentalmente integrante.

A partir das metamorfoses do capital, o processo de produção do espaço foi, em conjunção ao próprio modo de produção, sendo gradativamente gerido pelo capital financeiro, mobilizado a partir da junção de investimentos provenientes de diferentes origens, desde as construtoras e incorporadores de terras até às sociedades de crédito imobiliário, consubstancializando assim o capital produtivo ao meramente especulativo.

A especulação imobiliária torna-se, dessa forma, mais especulativa do que nunca. De especulação sobre a valorização do solo, tornou-se também especulação nos mercados futuros, onde empreendimentos imobiliários ainda não construídos são negociados a partir de cotas de fundos imobiliários, em uma lógica similar à de qualquer empresa. Seu produto, no entanto, são as taxas de aluguel cobradas de cada unidade condominial e balizadas pela renda da terra. Dessa forma, shoppings, hotéis, condomínios comerciais e de consultórios possuem também seus acionistas antes mesmo de serem construídos.

Uma vez que balizada na renda da terra - não raramente diferencial e até mesmo de monopólio - a lucratividade desses empreendimentos depende necessariamente da ação do estatista também a partir do processo de produção/valorização do espaço, sobretudo frente à raridade do solo urbano, uma vez que

[...] só o Estado pode dirigir o investimento para determinados lugares na cidade sob o pretexto da ‘necessidade coletiva’. Neste sentido, a reprodução do espaço se realiza em um outro patamar revelando o espaço como momento significativo e preferencial da realização do capital financeiro” (CARLOS, 2007, p.17).

A produção do espaço é conduzida pelo Estado e pela iniciativa privada de acordo com a lógica imaterial do capital financeiro, o qual, “contraditoriamente”, necessita da materialidade do “espaço produzido” para reproduzir-se. Para isso, o Estado atua na produção do espaço de



acordo com novas e relevantes mediações, que seguem, no entanto, o mesmo desígnio que balizava sua instrumentalização desde os períodos do mainstream smithiano e do consenso keynesiano.

Uma nova relação Estado-espaço se produz na metrópole na medida em que o espaço do exercício do poder produz o espaço dos interditos em nome da lei e da ordem. Por sua vez, as políticas urbanas recriam constantemente os lugares, produzindo a implosão da cidade seja pela imposição de novas centralidades (isto porque a centralidade se desloca no espaço da metrópole em função de novas formas de uso/consumo do espaço), seja pela expulsão da mancha urbana de parte da população para a periferia como consequência de um processo de valorização dos lugares pela concentração de investimentos (CARLOS, 2007, p.14).

A funcionalidade do Estado na produção do espaço é alçada à níveis de mediação que convergem a partir de múltiplas determinações, revelando que o espaço e o Estado foram ao longo da história do capitalismo adquirindo novas funções enquanto reforçavam ou metamorfoseavam antigas funcionalidades ao capital. A necessidade de ambos para a continuidade do modo de produção mostra-se mais intensa à medida em que o espaço produto/mercadoria vai tomando o lugar do espaço enquanto lugar de produção. Assim à medida em que há uma demanda contínua por espaço, cabe ao Estado garantir a sua satisfação. Dessa forma, a demanda contínua não é apenas pelo espaço, mas também pelo Estado.

Analisar e expor a produção do espaço (um conceito teórico e uma realidade prática), significa elegê-la como um momento da sociedade atual, isto é, como uma reveladora dessa mesma sociedade que permita apreendê-la como totalidade [...] Não somente caracterizar o espaço que vivemos em sua gênese, mas reencontrar, através do e pelo espaço produzido, a gênese da sociedade atual (OSEKI, 1996, p. 111).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do entendimento do movimento histórico da reprodução sociometabólica do capital e da instrumentalização do seu Estado a esse processo, observou-se que a produção do espaço se processa a partir de múltiplas funcionalidades do Estado ao modo de produção. Funcionalidades que foram incorporadas às mediações estatais em diferentes tempos históricos e de acordo com a égide de distintos modelos econômicos. Mas que, na atualidade, sob as diretrizes do modelo econômico neoliberal, são utilizadas em conjunção à estratégias especificamente neoliberais, concebendo uma miríade de mecanismos de instrumentalização do aparato estatal para a produção do espaço.

Dessa forma, o Estado, que atuava fundamentalmente no fornecimento de infraestruturas pontuais, no planejamento de regiões funcionais e na elaboração de políticas públicas que viabilizassem os ajustes espaciais do capital, passa também a fomentar e avaliar os investimentos em fundos de investimentos imobiliários, em papéis conversíveis em dinheiro



nos mercados futuros e em investimentos de renda fixa, à exemplo dos títulos de crédito imobiliário, garantindo assim a reprodução do processo especulativo dos mercados futuros.

Nesse sentido, a produção do espaço se materializa de acordo com os novos parâmetros da especulação monetária em conjunção à própria especulação imobiliária. Ampliam-se ainda os lucros desse processo especulativo com a retirada da renda da terra, sobretudo a partir da exploração dos atributos diferenciais presentes nas áreas mais atrativas para o mercado. O espaço é assim produzido e reproduzido a partir dos interesses de múltiplos agentes, ao largo do valor de uso e essencialmente de acordo com a lógica do desenvolvimento desigual e combinado, a partir da qual o processo de produção do espaço se estabelece através de mediações acentuadamente perniciosas na periferia do mundo, onde a exploração do homem e da natureza podem se efetivar ao largo das regulamentações legais, permitindo assim mediações mais brandas nos países centrais, sem, no entanto, promover qualquer desaceleração no ciclo de rotação do capital.

A partir dessas observações preliminares espera-se promover algumas reflexões sobre as múltiplas nuances da instrumentalização do Estado na produção do espaço, ao passo em que objetiva-se fortalecer o debate sobre como as estratégias neoliberais, representadas na atualidade pela égide do capital financeiro, são reproduzidas também e sobremodo no âmbito da produção capitalista do espaço. Questões convergentes e fundamentais para a compreensão da relação Estado, capital, produção do espaço, e justamente por isso, tão caras à Geografia.

## Referências

- ALMEIDA, José R. M. Globalização: A Nova Retórica do Velho Imperialismo (uma abordagem do imperialismo dos séculos XX/XXI). 2009. p.433. Tese de Doutorado em Ciências Sociais - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- CARLOS, Ana F. A. O Espaço Urbano: Novos Escritos Sobre a Cidade. São Paulo: FFLCH, 2007, 123p.
- CRUZ, Rita de C. A. da. Planejamento Governamental do Turismo: convergências e contradições na produção do espaço. In: LEMOS, Amália Inés Geraiges de; ARROYO, Mónica; SILVEIRA, Maria Laura. (Org.). América Latina: cidade, campo e turismo. 1ed. Buenos Aires: CLACSO, 2006, v. 1, p. 337-350.
- CRUZ, Rita de C. A. da. Políticas Públicas de Turismo no Brasil: território usado, território negligenciado. Geosul (UFSC), Florianópolis, SC, v. 20, n.40, p. 27-43, 2005.
- FONSECA, Antonio A. M. da. Em Torno do Conceito de Região. Sitientibus, Feira de Santana, n. 21, jul/dez, p. 89-100, 1999.
- HARVEY, David. Breve Historia del Neoliberalismo. Madrid: Akal, 2007, 252p.
- HARVEY, David. Os Limites do Capital. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2013, 592p.
- HAYEK, Friedrich. A. O Caminho da Servidão. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010, 232p.
- KEYNES, John M. A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. São Paulo: Nova Cultural, 1985 [1936], 253p.
- MÉSZÁROS, István. Para Além do Capital. São Paulo: Editora Boitempo, 2002, 1104p.



MORAES, Reginaldo C. C. Liberalismo e Neoliberalismo - uma introdução comparativa. Primeira Versão, Campinas, n.73, 1998, 30p.

MOREIRA, Ruy. Geografia: teoria e crítica - O saber posto em questão. 1º ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1982, 236p.

OSEKI, Jorge H. O Único e o Homogêneo na Produção do Espaço. In Martins, José de Souza (Org.). Henry Lefebvre e o Retorno à Dialética. São Paulo: Editora Hucitec, 1996, p.109-119.

PANIAGO, Maria C. S. Keynesianismo, Neoliberalismo e os Antecedentes da 'Crise' do Estado. In: MELO, Edivânia F. ; ANDRADE, Mariana A. ; PANIAGO, Maria C. S. Marx, Mészáros e o Estado. São Paulo: Instituto Lukács. 2012, p. 58-80.

TRENTIN, Fábila. ; FRATUCCI, Aguinaldo. C. Política Nacional de Turismo no Brasil: da municipalização a regionalização. Tourism & Management Studies, v. 1, p. 839-848, 2011.

SANTOS, Milena S. Financierização do Capital, 'Reformas' Estruturais e Seguridade Social no Brasil. Ser Social (UNB), v. 21, p. 283-300, 2019.

SILVA, Alexsandro F. C. ; FERREIRA, Angela L. A. Dinâmica Imobiliária e Turismo: novas relações, novos riscos. Cadernos Metrópole (PUCSP), v. 18, p. 109-133, 2007.

SMITH, Adam. A Riqueza das Nações. São Paulo, Editora Abril Cultural, 1983, 415p.

## COMO CITAR ESTE TRABALHO

GESTEIRA, L.A.M.G; CONCEIÇÃO, A.L. Smith, Keynes, Hayek e a produção do espaço como funcionalidade histórica para a reprodução do capital. Revista Tamoios, São Gonçalo, v. 17, n. 2, p. 17-30, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2021.56935>. Acesso em: DD MM. AAAA.